

BONECAS RUSSAS NO PARÁ – A HERMENÊUTICA SEGUNDO BENEDITO NUNES

RUSSIAN DOLLS AT PARÁ, BRAZIL – HERMENEUTICS ACCORDING
TO BENEDITO NUNES

Ricardo Namora

Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras

Centro de Literatura Portuguesa

namora.ricardo@gmail.com / uc40522@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5526-8018>

ABSTRACT

Throughout sixty-plus years of teaching and writing, Benedito Nunes has split his activities by multiple fields and sub-fields of knowledge, embarking on a constant spatial and intellectual movement of which the nodes were, notably, Philosophy and Literature. The continued duality manifests itself strongly on the way Benedito perceives knowledge—broadly understood. And, likewise, by the dialectics he puts forward in order to connect Philosophy and Literature under the umbrella of Hermeneutics—a distinctive kind of Hermeneutics, first associated with Hartmann and then Heidegger, thus reflecting upon an equally distinctive practice of criticism and teaching.

Keywords: Hermeneutics, poetry, criticism, existentialism, ontology

RESUMO

Nos seus mais de sessenta anos de magistério e produção escrita, Benedito Nunes dividiu a sua atividade por vários campos e sub-campos de conhecimento, num permanente tráfego geográfico e intelectual cujos vértices foram, sobretudo, a filosofia e a literatura. Esta constante dualidade manifesta-se de modo protuberante na forma como Benedito entende, de modo lato, o conhecimento. E, igualmente, nas sínteses dialéticas que propõe, e que conectam aqueles dois campos de conhe-

cimento sob a alçada da hermenêutica, uma hermenêutica singular vinculada a Hartmann (em primeira instância) e, mais ainda (em fase posterior), a Heidegger, projetando-se num modo igualmente singular de prática crítica e pedagógica.

Palavras-chave: Hermenêutica, poesia, crítica literária, existencialismo, ontologia

Se considerarmos a Teoria da Literatura no seu âmbito disciplinar e acadêmico, apenas com uma grande dose de caridade poderemos considerar Benedito Nunes como um praticante. No entanto, se expandirmos o conceito, tornando-o mais elástico e partindo do pressuposto de que existem explicações, ainda que por vezes transitórias e imprecisas, para ambos os termos da expressão, veremos que Benedito se qualifica não só como um exímio praticante mas também, e talvez mais importante, como um praticante de natureza peculiar. É justamente no ponto exato em que esta consideração emerge que a metáfora da boneca russa passa a fazer sentido, no contexto da polinização cruzada que Benedito aplica como um *mantra* pendular à sua noção de conhecimento. Outras metáforas, igualmente óbvias, seriam seguramente admissíveis. No entanto, há várias maneiras de cortar cebolas e, uma vez descascada e cozinhada, a cebola nunca mais volta a ser o que era. Por isso, talvez, a ideia de camadas que se descamam ou, neste caso afinal, de figuras de madeira minuciosamente pintadas que contêm no seu interior réplicas de si mesmas, em miniatura e em sequência (encerrando a possibilidade da reconstrução e do reinício, uma noção associável ao conhecimento enquanto jogo), parece ser um razoável princípio para descrever Benedito Nunes. E essa descrição, posta assim comodamente nestes termos, tornar-se-á, talvez, mais plana e maneável, menos hermética e condensada.

Pois Benedito Nunes é, acima de tudo, aquilo que no Brasil se chama um polímata. Pouco utilizada no Português europeu, a definição remete para alguém que se tornou, por estudo formal ou auto-

-recriação, num perito em vários campos de conhecimento. Benedito é, assim, a contraparte de Mário de Andrade, versão segunda metade do século XX, uma figura equiparável, do lado de cá, a Eduardo Lourenço ou Agostinho da Silva. E embora se possam imaginar emparelhamentos vários entre essas quatro figuras, consoante o grau e a profundidade do escrutínio; de acerto especulativo ou de fineza argumentativa; as preferências e as sentenças; ou os assuntos (tratados de forma tão meticulosa quanto afável por esta plêiade atlântica), uma coisa pelo menos é certa: todos eles se dedicaram intensamente a uma atividade monumental que tem tanto de exigente como de improvável. Essa atividade, que hoje nos parecerá inócua e talvez ociosa, consiste em tentar imaginar um país *apesar* dele mesmo, em busca de uma espécie de filologia trans-paroquial da racionalidade, uma efusão holística de dois sentidos, ao mesmo tempo pré- e pós-Schengen, ou seja, sem esperas intermináveis em aeroportos remotos e, sobretudo, sem outros passaportes que não sejam a razão, a familiaridade e a deliberação epistemológica. O sítio onde se cresce, aliás, não passa de um acidente biográfico, e isto vale para São Paulo, São Pedro de Rio Seco, Barca d’Alva ou Belém do Pará.

Belém é justamente o berço de Benedito, e também o de Carlos de Oliveira, figura maior da literatura portuguesa do século XX, que, porém, com menos de dois anos de idade troca o bulício quente da capital paraense pela pacatez inóspita e sórdida da Gândara, reverberada através de uma bola de espelhos que reflete essa paisagem lunar, de cujas crateras arenosas o escritor nunca se desembaraçou. Belém foi berço também, entre outros, de Olga Savary (1933-2020), poeta descendente de russos, quase contemporânea de Benedito, e que foi pioneira no ativismo pró-Amazônia; cidade adotiva de Paes Loureiro (paraense de Abaetetuba, nascido em 1939, também ele ativista pela ecologia), e lugar eleito das suas mais de quatro décadas de ofício poético e de magistério; berço de Jayme Ovalle, o compositor e

poeta a quem Vinicius de Moraes haveria de dedicar um poema-epitáfio (“A última viagem de Jayme Ovalle”), em que se lê, na antepenúltima quadra: “Mais tarde, Ovalle satisfeito / Declara à Morte, ambos de porre: / — Quero enterrar-me, que é um direito / Inalienável de quem morre!” (Moraes, 1986: 102-103); e, por fim, lugar de destino de um jovem Ferreira de Castro, que em Belém situou uma porção generosa da narrativa de *A Selva*, um dos mais reconhecidos e populares romances do século XX português, publicado em 1930.

Benedito nasce um ano antes, em 1929. Precocemente, descobre a literatura, na sua feição mais benévola e estimulante: a leitura (primeiro) e a crítica que esta parece reclamar (depois). Com apenas 16 anos de idade, começa uma longa e frutuosa colaboração, na qualidade de crítico e recenseador, com o suplemento literário do jornal *Folha do Norte*, bastião da mídia paraense, a circular desde 1896. O suplemento recebe contributos notáveis de autores emergentes que viriam a tornar-se tutelares para as letras brasileiras do século XX. Textos de Antonio Candido, Drummond, Manoel Bandeira e Cecília Meireles dividem as páginas com as críticas escorregadas do jovem Benedito. Até que, fatalmente, chega a hora de escolher o futuro, e Benedito opta, de modo algo surpreendente, por cursar Direito. Ter-se-á ele apaixonado sem remissão pela aridez anorética dos códigos legislativos? A resposta é não.

O que lhe interessa mesmo é um curso, que faz parte do longo e mastodôntico programa de estudos, mas que lhe apela de forma a fazê-lo esquecer as longas horas passadas em bancos duros, escutando lentes emproados a recitar decretos-lei. Esse curso tinha o nome de “Epistemologia” e, embora possa causar alguma estranheza o facto de ele fazer parte de uma graduação em Leis (e não em Filosofia, Literatura ou Letras, por exemplo), percebe-se desde logo que as inclinações de Benedito eram, desde os tempos da *Folha do Norte*, muito mais filosóficas (e didáticas) do que processuais — Benedito,

aliás, começa a lecionar logo em 1949, em escolas do Ensino Médio. A aventura como causídico dura, pois, pouco mais de dois anos — de 1952, ano da formatura, até 1955, ano em que desiste da advocacia em favor de um lugar como professor de História da Filosofia e Ética na Universidade Federal do Pará. Mas o curso de Direito (ou, pelo menos, a frequência da disciplina de “Epistemologia”) não fora em vão: através dela, Benedito Nunes encontra o primeiro dos seus duplos póstumos, Nicolai Hartmann (do outro, Heidegger, se falará em detalhe mais adiante). A esperança do filósofo (e do pedagogo) acaba, assim, por se sobrepor à desilusão do homem que pendura a toga para não mais a vestir. É repescando Hartmann que parte desse processo se desenvolve.

Nicolai Hartmann (1882-1950) era, também ele, um polímata. Nascido em Riga, na então Livônia (um protetorado russo germanófilo), Hartmann estudara Medicina, Biologia e Filologia antes de ser incorporado no exército alemão — em funções regimentais burocráticas —, e após o armistício fixara-se em Marburg, onde se passou a dedicar à Filosofia e ao ensino, e onde conheceu Heidegger (o segundo duplo póstumo de Benedito), por volta de 1919 ou 1920. Autor de uma extensa obra que abarcou cinco décadas, Hartmann dedicou-se bastante, na fase inicial da sua carreira, a uma recuperação extensional da célebre distinção kantiana entre *noumena* e *phenomena*, tributária, em vários sentidos, da dicotomia antecedente estabelecida por Locke entre *qualidades primárias* (como a solidez, a extensão, o número, a forma ou o movimento) e *qualidades secundárias* (ou sensitivas: som, sabor, cor ou cheiro). Dentro deste dilema filosófico, altamente problemático e denso, Hartmann, subscritor resolutivo do primado ontológico da *coisa em si* de Kant, desenvolveu um sistema rigoroso de leis aplicáveis aos quatro níveis da realidade — inorgânico, orgânico, físico e emocional, intelectual e cultural. As leis da recorrência, da modificação, do *novum* e da distanciação entre

níveis (correspondentes a cada uma das categorias descritas acima) vão produzir um efeito importante no realismo crítico do século XX, e influenciar decisivamente Heidegger e o conceito de *Dasein*, que veio a ser instrumental para a Filosofia moderna.

Hartmann é, então, e através de um singelo curso de “Epistemologia”, meio despencado numa graduação em leis, o primeiro heterônimo de Benedito, a casca da cebola ou, se quisermos, a primeira boneca que se abre ao meio para, com espanto, se descobrir que há outra (ou outras) lá dentro. A preocupação com a ontologia e o ser, e o lugar da poesia no meio dessa dinâmica holística, pragmática, teórica e metafísica, vai ser constante ao longo da vida de Benedito Nunes. Ora, o jovem professor, como se disse atrás, exerce o seu magistério, tranquilamente, entre 1955 e 1960, ensinando nas graduações em Pedagogia, História e Ciências Sociais na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Pará. Mantém-se, contudo, e em permanência militante, com um pé na crítica literária. Casado desde 1952, ano da licenciatura comum (em Direito) com Maria Sylvia Nunes (1930-2020), encenadora e crítica teatral, responsável por uma importante adaptação cênica de *Morte e Vida Severina*, poema regionalista de João Cabral de Melo Neto¹.

O convite à diretora teatral (na sequência de um prêmio num festival) permite ao casal uma estadia de vários meses na cidade-luz. Benedito, sempre inquieto, rejeita a pele de *flâneur* parisiense e mata o tempo em que não está com Maria Sylvia de outro modo, talvez mais proveitoso: matricula-se em cursos breves e ciclos de palestras de Paul Ricoeur (1913-2005) e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961),

¹ Tinha havido outra, encenada em 1957, pelo mesmo grupo, o “Norte Teatro Escola do Pará”, sob os auspícios de Paschoal Carlos Magno, amigo íntimo e colaborador decisivo de Juscelino Kubitschek nas áreas do teatro e da cultura, como dinamizador e caça-talentos segue com ela para Paris em 1960.

entre outros. De Ricoeur bebe a fenomenologia enquanto hermenêutica, no ano em aquele publica o segundo volume de *Philosophie de la Volonté*, dedicada à finitude e à culpabilidade. De Merleau-Ponty (cuja morte trágica e inesperada ocorreria no ano seguinte, em 1961) a fenomenologia existencial e a centralidade crucial da percepção para a experiência e o entendimento humanos da realidade. Em comum, uma filiação profunda e frutuosa dos dois em e com Heidegger, recuperando um movimento anterior de abertura das bonecas russas, no curso de “Epistemologia” e à boleia de Hartmann. No regresso, a volta às aulas e ao trauma doloroso que supôs a exposição de um casal de livres-pensadores eruditos e viajados à força bruta e à arbitrariedade do regime parido pelo Golpe de 64, descrito pelo próprio Benedito como “o grande trauma de nossa geração”.

Em 1966, Benedito estreia-se nas publicações, piscando o olho ao seu grande amor inútil, a literatura, e a uma musa que não mais largará: Clarice.² O volume em questão, *O Mundo de Clarice Lispector*, inicia um longo cadastro de livros — de filosofia e crítica literária — que se estende por seis décadas (incluindo os póstumos). Clarice é tripla. Depois de 1966, Benedito publica sobre ela *Leitura de Clarice Lispector* (em 1973) e *O Drama da Linguagem — Uma Leitura de Clarice Lispector* (em 1989), versão revista e alargada do anterior.³ Ainda

² Além de crítico, Benedito também tentou a sorte como autor, incentivado pelo grande amigo Mário Faustino (1930-1962), poeta, tradutor e jornalista — chefe de redação d’*A Folha do Norte* —, tragicamente desaparecido num acidente aéreo no Peru, e autor de *O Homem e a sua Hora* (1955).

³ Esta obra é uma das instâncias mais transparentes do fenomenal trânsito intelectual que Benedito faz entre a Literatura e a Filosofia (esta mecânica é, de resto, transversal à sua obra enquanto crítico literário). Por exemplo, no Capítulo II — chamado, de modo auto-evidente — “Da concepção do mundo à escritura”, ponto 2 (“A paixão da existência e da linguagem”), escreve Benedito: “As palavras amortalham os sentimentos que elas próprias partejam. O dizer modifica o sentir”. (Nunes, 1989: 103) Por detrás deste aparente impressionismo

em 1966, logo a seguir ao primeiro volume sobre Clarice, Benedito dá à estampa o decisivo *Introdução à Filosofia da Arte*, um texto incontornável na sua bibliografia, e que teve várias reimpressões; e, no ano seguinte, o não menos importante *A Filosofia Contemporânea*, e uma coletânea prefaciada de textos do filósofo espiritualista Farias Brito (1862-1917).

João Cabral, que, como se percebe, era leitura comum na casa de Benedito e Maria Sylvia, também tem honras de livro, neste caso a duplicar, com o volume epónimo (nome completo) em 1974 e, muito depois, já em 2007, a réplica com *João Cabral: a Máquina do Poema*. Oswald de Andrade e Guimarães Rosa, por seu turno, recebem também eles a honraria de um volume na bibliografia de Benedito e, embora algo distantes de Clarice e João Cabral (em volumetria), merecem destaque. Ao primeiro, dedicou o *Oswald Canibal*, em 1979. Ao segundo, *A Rosa o que é de Rosa: Literatura e Filosofia em Guimarães Rosa*, publicado postumamente em 2012. Em 1966, entretanto, a ditadura aperta. Um vizinho de Benedito, que até se fez passar por ele aquando de uma “visita” dos “militares”, confessa-se farto de tanto responder às perguntas daqueles sobre o casal do lado: a que horas saem e chegam, quem recebem, de que assuntos falam. E assim, acossado e sob tensão, o casal Benedito-Maria Sylvia faz de novo as malas para rumar a Paris.

filosófico está todo um programa intelectual. Outra nota a propósito deste livro é o facto de Benedito citar bibliografia de Antonio Candido e de Luiz Costa Lima a propósito de Clarice. Num certo sentido, Benedito, cuja carreira se desenvolveu entre Belém e a Europa, beneficiou um pouco dessa “insularidade” para não se envolver diretamente nas polémicas da Teoria Literária no Brasil e da querela teórica do eixo Rio-São Paulo. Aliás, Benedito só se envolve propriamente com o Brasil teórico *tout court* numa fase bastante tardia do seu pensamento, sobretudo através do texto “Historiografia Literária do Brasil”, publicado em *Crivo de Papel* (1998). Agradeço ao João Cezar de Castro Rocha pela referência, ficando a dever-lhe uma melhor compreensão da “insularidade” no contexto da obra de Benedito Nunes.

A semente, o suco da cebola, a promessa de uma boneca russa e de outra e mais outra, trazida por Heidegger via Hartmann, tinha deixado a promessa de um futuro melhor — porque brincar com bonecas não passa disso mesmo, de um jogo. Em busca de Heidegger, seu heterónimo e duplo, Benedito matricula-se numa pós-graduação na Sorbonne (frequentada também por Maria Sylvia), sob supervisão do eminente lusitanista Léon Bourdon, e dá aulas na Universidade da Haute Bretagne, em Rennes, onde fala sobre a poesia de João Cabral. O ambiente é de reconhecida efervescência social e política. De 1967 a 1969, o casal Benedito-Maria Sylvia vive no epicentro do furacão histórico e cultural que mudou a face da Europa do pós-guerra. Contudo, as saudades da “pátria amada” falam mais alto e Benedito, deixando a meio uma dissertação de doutoramento, regressa com a mulher a um Brasil que mais parece uma panela de pressão. Costa e Silva está a ponto de passar o testemunho a Emílio Médici que, por sua vez, está a ponto de plasmar o “milagre brasileiro” (1969-1973), à conta de triplicar a dívida externa e garrotear a oposição. Criadores e pensadores estão cada vez mais sob ponto de mira. Benedito não foge à regra e é indiciado num processo em 1970. A acusação é débil e não dá em nada, mas os sinais são claros: a mordança e a força bruta esmagarão as células cinzentas do Brasil sem dó nem piedade. Artistas e pensadores refugiam-se em mil estratégias diferentes para fazer a mensagem passar. Um recente galardoado com o “Prémio Camões” vê-se na contingência de bolar um heterónimo que lhe vista as canções. É assim Julinho da Adelaide (e não Francisco), que grava “Acorda, Amor”, canção que provocaria arrepios a Benedito, se não fosse pelo seu vizinho (de quem se falou anteriormente); mas, e de forma ainda mais escandalosa, “Jorge Maravilha”, com o seu bordão eterno “Você não gosta de mim, mas sua filha gosta”. O país fica em suspenso, aterrorizado. Francisco, que é Julinho, que afinal é Jorge (uma trupe de bonecas russas, como é bom de ver) conta a

história de uma moça que “gosta do tango, do dengo, do mengo” e “pega e me pisca, belisca, petisca, me arrisca e me enrosca”. Francisco diz que a canção conta uma história de cárcere, *à la* Oscar Wilde (com as devidas distâncias, presume-se, entre as delegacias do DOPS e a prisão de Reading, Berkshire), segundo a qual os “políciais” lhe traziam discos para autografar com a costureira desculpa esfarrapada: “é pra minha filha”. Mas o país não acredita, nem está convencido. A moça da canção não pode ser senão Amália Geisel, filha do futuro ditador e fã confessa de Francisco-Julinho-Jorge. A confusão generaliza-se, apesar de todas as benévolas explicações, de um lado e do outro. Como diríamos deste lado do Atlântico, porém, “da fama ninguém se livra” e Francisco, para se furtar à censura, lançou Julinho – que até tinha carteira de identidade e dava entrevistas (por telefone, bem entendido) – para o olho do furacão.

Nesta década de 70, como se viu, Benedito publica três livros sobre três autores diferentes – Clarice, João Cabral e Oswald de Andrade. Este último é especialmente importante, uma vez que, nas palavras do autor, a história do modernismo brasileiro, e sua relação intermitente com as vanguardas europeias que pretendia emular, ainda estava por fazer. A antropofagia de Oswald, que é tanto simbólica quanto literal, resulta da imperfeição característica da filosofia e do ser, porquanto ela é um contínuo “tomar emprestado” que, deliberadamente, reconduz um país periférico e ainda eurocêntrico a um novo estado de auto-reflexão derivada que só se pode cumprir pela arte. Assim,

Alternam-se os ritmos da destruição e da construção; o senso do futuro modifica o entendimento do passado. Faz-se apelo até mesmo a um passado trans-histórico, que confina com o futuro utópico, como aquele passado pré-cabralino a que, paradoxalmente, a «antropofagia» oswaldiana, em 1928, antepõe e pospõe ao presente, e no qual o tempo sem

memória de um mito mergulha no tempo esperançoso de uma utopia a realizar. Não nos admiremos, portanto, que o espírito de vanguarda, atento para as realidades atuais e para as realidades possíveis, invertesse o seu prospectivismo e fosse levado a interpretar-se, enquanto atividade fundadora, como um novo primitivismo. (Nunes, 1979: 22-23)

Com Oswald de Andrade, então, Benedito parece descobrir o interstício histórico e produtivo que reverte as condições do passado como se a condição mesma da existência pudesse ser despojada do trânsito multimodal que lhe é emprestado pela realidade. A re-encenação hermenêutica de um país (ou de um povo, neste caso) não pode levar-se a cabo senão num contexto de profunda auto-consciência. Trata-se de uma espécie de existencialismo coletivo, a putativa resolução de um problema (seria mesmo um problema?) ontológico pela re-enunciação imperfeita da questão. Oswald é imperfeito. Ele não é *bem* um filósofo ou um historiador. Também não é *bem* um autor que se possa arrumar numa prateleira ou numa gaveta. Ele é o canibal primitivo, que expande as possibilidades da hermenêutica a ponto de envolver um país inteiro e muitos séculos de história. A extensão volumétrica da troca é impressionante, e outra boneca russa configura a transação: Nietzsche é o canibal original, Oswald é o canibal segundo que come o canibal primeiro, e Benedito é o arauto da transação.⁴

⁴ A leitura de Benedito do “Manifesto Antropófago” publicado em 1928 por Oswald, é decisiva para a construção do seu edifício teórico, e por vários motivos. Desde logo, Benedito subscreve a tese de Augusto de Campos segundo a qual a *antropofagia*, como descrita por Oswald, teria sido a primeira filosofia original brasileira, ou seja, a verdadeira revolução moderna do pensamento no Brasil. Para além disso, Benedito aproveita, num sentido lato, ecumênico e expansional, a distinção *oswaldiana* entre “antropofagia” e “canibalismo” – na qual a primeira é descrita num sentido de absorção, ou de recolha de qualidades positivas do outro. Por fim, Benedito via nesta construção a possibilidade de perfazer um trânsito histórico (e identitário) duplo, e não meramente incremental.

Esta experiência tem muito a ver com o conceito-mesmo de “Dasein”, retrabalhado extensamente por Heidegger na sua versão de existencialismo, algo que, como se viu, foi instrumental para a formação filosófica de Benedito – embora, como se viu também, a mediação de Hartmann, na sua qualidade de primeira boneca, tenha sido crucial. Trata-se de um humanismo espectral, uma espécie de alavanca universal da convivência – uma convivência, também ela, de largo espectro e de ambições trans-contextuais. Ora, essa convivência depende em primeira instância de uma atitude existencial à qual Benedito chama *abertura*, e que subdivide em três instâncias, *disposição*, *compreensão* e *discurso*. A implicação é clara: a racionalidade é ativada sequencialmente a partir de uma realocação sentimental. O próprio Heidegger – o tal duplo póstumo que reorganiza as intuições de Benedito sobre conhecimento e poesia – fala dessa “dominância da afetividade”, que se traduz numa equanimidade melancólica e naquilo a que se referiu como o “sentimento dos sentimentos”. Isto equivale a dizer que a flexão racional (ou teórica), e o impulso epistemológico, repousam afinal no olhar do *eu* sentimental. No caso de Benedito, esse olhar derrama-se sobre objetos precisos (Clarice, João Cabral, Oswald), mas, e mais importante, sobre a arqueologia da *Verständnis* que constrói e refaz a identidade – seja esta individual, nacional, continental ou mesmo universal. A sequência, no entanto, não é perfeita, e há uma dimensão de fluidez intermutável que Benedito gere de modo absolutamente magistral, crente que está no processo de sabotagem continuamente usado pelo mestre. Nas suas palavras, esse processo assenta deliberadamente numa

embaraçosa oscilação conceptual, de resto característica do pensamento heideggeriano, que subverte as doutrinas tradicionais extremas com as quais parece confundir-se, minando a terminologia filosófica consagrada, (...) pode-se extrair o enunciado de que o *ver*, irredutível

ao conhecimento teórico (...) acompanha a *preocupação* e a *solicitude*.⁵
(Nunes, 1986: 170)

Assim, o “ser-à-mão” disponibiliza-se para interpretar munido de uma compreensão prévia e bastante plástica: *ter, ver e conceber pré-vios* — ou, de modo coloquial, apaixonar-se, chegar-se ao objeto e saber mais ou menos ao que se vai — leva a que o exercício interpretativo, firmemente hermenêutico, se componha de uma exegese *mais* uma compreensão ontológica fundamental, e antecedente, baseada em noções mais ou menos robustas, mais ou menos pragmáticas, de “ser” — e, neste caso, de “ser” em busca de uma recomposição existencial que é também textual e hermenêutica.

Isto porque, em grande medida, o objeto do “ser”, a sua instância de negociação epistemológica com a realidade (e também consigo mesmo), não é senão a poesia, e esta ligação envolve uma dinâmica de interlocução e intercâmbio que são cruciais para a hermenêutica segundo Benedito Nunes via Hartmann via Heidegger. Assim

Tanto quanto o silenciar, o ouvir é modo de compreender. Ouvindo, compreendemos o que o interlocutor diz. E o dizer nos coloca, de imediato, com o interlocutor, junto ao ente (...), a respeito do qual o discurso se pronuncia. O genuíno silêncio é também modo de ouvir e de dizer calando. (Nunes, 1986: 174)

Esta condição é primordial para o estabelecimento do discurso e da relação entre linguagem e logos, expressão derradeira do “ser”, e para uma ideia robusta de racionalidade recetiva que torna poetas e exegetas subitamente muito parecidos entre si. Deste modo, a afe-

⁵ Itálico no original.

tividade da arte, e, neste caso, da poesia, perfaz o seu caminho em direção à história sem necessidade de vínculos causais, a ponto de se transformar numa “verdadeira arte do espírito” (Nunes, 1986: 259). Embora seja evidente, por um lado, que a poesia possui na sua definição mesma uma série de restrições institucionais, genéricas e convencionais, ela é diferente das outras artes uma vez que *antecede* a cultura do espírito. Ou, numa palavra e segundo Benedito Nunes, “os poemas autênticos extrapolam a Literatura” ou, ainda, “a poesia celebra e comemora” (Nunes, 1986: 275). Ela é o discurso sacralizado que vincula as coisas umas às outras e, igualmente, força a apreensão do homem – e a sua percepção da finitude. Estamos, segundo Benedito, “lançados no mundo” (ou “largados”, como cantava Cazuza mais ou menos na mesma altura), e é pela poesia que tomamos consciência dessa condição errante – é o *canto* que instaura a dialética perfeita entre a linguagem dos mortais (finitos e nômadas) e a “fala da linguagem”, ou seja, a sua ontologia simbólica inaugural. Em Benedito, toda a tramitação é dupla, pendular, e a ontologia, condição primária da vinculação do conhecimento, é fortemente impactada por uma *fala* e um *discurso* que estão incluídos em, e compõem a, *linguagem*. O antecedente, neste caso, é a *disponibilidade* dos elementos em questão: pessoas que querem compreender e objetos poéticos singulares.

Segundo Benedito, é apenas através de uma “prática meditante” (Nunes, 1986: 281) que todas estas relações se tornam aparentes, e se pode com elas fazer uma espécie de jogo, um certo vaivém, um abrir, abrir e fechar de bonecas russas que funcionam como *tokens* de racionalidade, abertas a uma hermenêutica peculiar que faz parte do “ser no mundo”. A poesia é assim o “lugar da lembrança” (Nunes, 1986: 282), o escudo contra a inexatidão, o olvido e a seleção. E por isso, também, ela precisa de ser convertida numa pedagogia, que confira, questione e monitorize as condições da *Verständnis* – que na descrição de Benedito aparece amplificada, racional, expectante e corpó-

rea, retroagindo sobre o ser e sobre o “ser-no-mundo” e o “ser” no meio dos objetos do mundo. A sua teoria da literatura, a sua disposição hermenêutica e o seu afã epistemológico são, pois, violentamente reconvertidos numa teoria da poesia e do ser, que não é mais do que uma recuperação radical do primitivo. Tudo o que circunda os primórdios da linguagem e do pensamento é-nos fornecido pela poesia, objetificada numa linguagem celebratória que sublinha certos “sentimentos fundamentais”. Ora, o sentimento é tanto um “descobridor” como uma “descoberta” e, desse ponto de vista, a afetividade estética volta a recuperar o seu *élan*, há muito perdido na filosofia ocidental. E isto implica, claro está, uma requalificação da própria literatura:

É essencial a uma obra literária (...) que ela transcenda as suas próprias condições psicossociológicas e que se abra assim a uma sequência ilimitada de leituras, elas mesmas situadas em contextos socioculturais diferentes. Em suma, o texto deve poder, tanto do ponto de vista psicológico, quanto sociológico, descontextualizar-se para uma nova situação. É o que faz o ato de ler.⁶ (Campos, 1999: 146)

Pois Benedito Nunes também é um homem do seu tempo, apesar do seu universalismo ecuménico. Procura rasurar a variável intencional, não num sentido pragmático, mas antes num sentido abstrato — filosófico, se quisermos — de autonomização do texto poético (Campos, 1999: 146).⁷ O regime de leitura proposto desta forma é tentador. Desmontado, tratado como uma verdadeira boneca russa, o texto poético pode assim voltar a ser o que nunca foi, e dessa forma

⁶ *Hermenêutica e Poesia* é uma coletânea que recolhe e transcreve cursos e palestras de Benedito, por uma sua antiga aluna, Maria José Campos.

⁷ É bom lembrar que Benedito se encontra em Paris aquando da publicação do influente ensaio “La mort de l’auteur” (1967) por Roland Barthes (1915-1980).

recolocado no mundo como um objeto interpretável. E esse talvez seja o princípio discernível mais amplo e aglutinador da hermenêutica de Benedito Nunes, um princípio que, como se viu atrás, possui uma pendente pedagógica crucial. Assim, e em conclusão, a teoria da literatura de Benedito, que é uma teoria da poesia que é uma “teoria do ser” que é uma “teoria do ser” no mundo que é uma pedagogia silenciosa e racional que é uma hermenêutica que é um jogo heteronímico de espelhos no qual Benedito ele-mesmo, Nietzsche, Hölderlin, Hartmann, Heidegger, um conjunto de escritores e outros fantasmas vagabundos falam à vez a uma só voz, depende afinal de um sentimento primordial: a inquietude. Uma inquietude que é radical, inalienável e, sobretudo, transmissível, pois o próprio Benedito escreve em 2009: “O que ensinei aos estudantes? Ensinei-lhes a boa arte do cepticismo: a duvidar de tudo, a tudo interrogar adequadamente com conhecimento de causa” (Nunes, 2009: 26).⁸

Neste permanente movimento de terraplanagem e reconstrução (dois termos muito caros a Vítor Aguiar e Silva), Benedito transforma então a sala de aula numa espécie de montanha-russa com limite de velocidade: ou seja, e metaforicamente, numa super-estru-

⁸ Esta aparente contradição entre “inquietude” e “cepticismo” poderá parecer à primeira vista paradoxal. Mas é necessário ter sempre em conta que Benedito, além de um fino filósofo cuja capacidade analítica é tanto profunda quanto minuciosa, parece ter sempre em conta uma espécie de objetivo final pedagógico. Ou seja, o Benedito filósofo desdobra-se muitas vezes no professor, “partindo” a densa pedra teórica para a apresentar, diluída, aos seus alunos (e, também, aos seus leitores). Assim, a inquietação (que é *dele*) é transferida para os alunos que, no entanto, são antecipadamente prevenidos de que devem ser cuidadosos mesmo quanto aos ensinamentos dele próprio. Este espelho professor/estudante é facilmente reconhecível em quase toda a obra de Benedito (não esqueçamos que ele começou a ensinar logo no final dos anos 1940 – a sua paixão mais antiga, a seguir à literatura, é justamente o ensino). Agradeço ao Marcos Natali por me ter chamado a atenção para esta dicotomia aparentemente paradoxal.

tura maciça que suspende o real, ao mesmo tempo que expande e distancia a panorâmica, aumentando ou baixando a pressão arterial do viajante consoante se vai subindo lentamente ou caindo a pique. No fundo, como toda a sala de aula deveria ser.

REFERÊNCIAS

- Campos, Maria José (org.) (1999). *Hermenêutica e Poesia. O Pensamento Poético. Benedito Nunes*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Moraes, Vinicius de (1986). *O Operário em Construção*. Lisboa: Publicações Dom Quixote (com seleção e prefácio de Alexandre O'Neill) [1970].
- Nunes, Benedito (1998). *Crivo de Papel*. São Paulo: Editora Ática, S.A.
- (2009). *O Dorso do Tigre*. São Paulo: Editora 34.
- (1998). *O Drama da Linguagem. Uma Leitura de Clarice Lispector*. São Paulo: Editora Ática, S.A.
- (1979). *Oswald Canibal*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- (1992). *Passagem Para o Poético: Filosofia e Poesia em Heidegger*. São Paulo: Editora Ática S.A [1986].